

ANEXO B

Situação específica relacionada aos indicadores da Área Focal A3

Peru-Brasil Sul (Ucayali – Madre de Dios – Acre)

Complemento ao Termo de Referência Linha Base PAM 2 - Marco de resultados

1. Articulação binacional e influência política sendo conduzidas segundo questões relacionadas a populações indígenas, desenvolvimento sustentável e conservação da diversidade biológica por meio de grupos de trabalhos binacionais e intercâmbios binacionais

Como estratégia bem-sucedida de articulação da sociedade civil buscando influenciar políticas públicas socioambientais na área de fronteira Acre-Ucayali, está o Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá Brasil-Peru (GTT). Criado em 2005 por organizações da sociedade civil envolvidas na luta pelos direitos indígenas, direitos de comunidades agroextrativistas, bem como com questões relacionadas à proteção da sociobiodiversidade em áreas fronteiriças, o grupo conseguiu trazer para sua conformação organizações e grupos indígenas vivenciando o cotidiano e os desafios da fronteira. A associação Apiwtxa do povo Ashaninka da Terra Indígena (TI) Kampa do Rio Amônia aparece como exemplo da participação indígena e como um dos principais inspiradores e articuladores de base do GTT a favor da gestão territorial e proteção das terras na fronteira contra a invasão de madeireiros, por exemplo.

Na verdade, foi a invasão de madeireiros a vários pontos e em diversas ocasiões à TI Kampa do Rio Amônia, em 2004, que estimulou a criação e impulsionou as atividades do GTT como fórum de observação dos acontecimentos na fronteira e de formulação de ação propositivas aos órgãos governamentais para a fiscalização da área. Esta idéia de fiscalização passou a ser pensada dentro da estrutura do grupo de forma intimamente ligada à proteção e incentivo de cooperação entre as comunidades locais. Por isso mesmo, o GTT, enquanto espaço de cooperação, encontrou nos mais diversos movimentos fronteiriços - de pessoas, do manejo de recursos naturais, na vigilância, no entendimento entre as comunidades vizinhas e na própria concepção do que seja a fronteira para as comunidades locais e em trânsito pela área – o lugar não somente de produção de conhecimento e intercâmbio de informações, mas de, em se emanando disso, pensar ações com o fim de incidir na política de fronteira desde o local.

Essa articulação, em muito estimulada pelos desafios impostos às comunidades da fronteira Acre-Ucayali, acabou por criar oportunidades de cooperação a partir da troca de informações, experiências e projetos de alcance em ambos os lados da fronteira, ainda que os esforços do GTT estivessem mais concentrados do lado brasileiro. Um exemplo é que a partir das denúncias das invasões na TI Kampa do Rio Amônia, em 2004, articulou-se uma ação em conjunto entre o IBAMA, a Polícia Federal Brasileira e FUNAI para a fiscalização desta área de fronteira.

O marco de diretrizes de operação e intercâmbio de informações do grupo é a Carta Ashaninka, produzida no quarto encontro do grupo, em setembro de 2005, ocorrido na Aldeia Apiwtxa, no município fronteiriço de Marechal Thaumaturgo. Neste momento, onde a cooperação com as comunidades indígenas para intercambiar informação sobre as fronteiras foi fundamental, colocou-se a necessidade de promover o diálogo entre povos dos dois lados da fronteira. Especificamente, entre aqueles na iminência do conflito devido à destruição causada pela extração de madeira - teoricamente mediante manejo - da Forestal Venao, na comunidade Sawawo Hito 40¹. Para o mesmo evento, houve contatos preliminares iniciados

¹ É interessante que, atualmente, a mesma comunidade conta com o apoio da comunidade Ashaninka, da aldeia Apiwtxa, para auxiliar na formulação de seus projetos de gestão territorial e no reavivamento da comunidade.

pelas lideranças da Apiwtxa com comunidades nativas dos rios Juruá, Vacapistea, Tamaya e Alto Amônia, que “resultou na vontade de conhecer de perto as experiências inovadoras de gestão ambiental da aldeia Apiwtxa.” (Documento Final, IV Encontro do Grupo de Trabalho Para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá Brasil-Peru, Setembro de 2005).

O grupo também ofereceu forte apoio na divulgação da Carta Ashaninka que denunciou as atividades madeireiras na fronteira com a ineficiência do certificado FSC para fins de desenvolvimento comunitário e proteção dos recursos naturais, bem como chamou atenção para as novas concessões de mineração e de hidrocarbonetos em áreas muito próximas a comunidades Ashaninka e Asheninka voltadas para a restrição de trânsito, tal qual é o caso da Reserva Murunahua para índios em isolamento voluntário. A aproximação da Apiwtxa com a Associação das Comunidades Nativas Ashaninka-Asheninka de Masisea e Calleria (ACONAMAC) e, também, com a comunidade Saweto, no Alto Tamaya, sempre foi contemplada nos encontros do GTT como um dos principais veículos de troca de informações e fonte de alternativas comunitárias na fronteira Acre-Ucayali. Estas experiências estão sendo trocadas de maneira institucionalizada via convênios entre associações e organizações indígenas, além de entre organizações da sociedade civil que realizam projetos em consórcio, como é o caso da CPI-AC e da SOS Amazônia. No momento há um convênio vigente, firmado em maio de 2011, entre a Associação de Comunidades Nativas do Distrito Yuruá (Aconadysh) e a Apiwtxa para troca de experiências agroflorestais na fronteira. Com a Comunidade Saweto do Alto Tamaya e a Apiwtxa, já há a cooperação em termos de ações concretas na fronteira para vigilância do território e contenção da retirada de madeira desde 2005. A estratégia de cooperação vem se consolidando também a partir do apoio que a CPI-AC oferece às lideranças da comunidade Saweto. Neste último caso, um dos principais objetivos é contribuir para a titulação da terra dos Ashaninka de Saweto.

Ainda em maio de 2011, quando Apiwtxa e Aconadysh assinaram termo de cooperação, foi assinada a Declaração do Breu entre a Aconadysh, ORAU e organizações indígenas do Brasil da região de fronteira no Juruá. Tal carta foi demonstrativa de que as comunidades esperam usar seu espaço de encontro e cooperação para articular em conjunto reivindicações ao governo. Neste momento, exigiram ao governo nacional peruano a promulgação da lei de consulta e a não-promulgação da Lei Florestal, que em seu projeto, flexibiliza a licitação para concessões florestais. Ao governo regional, as organizações exigiram a participação da Aconadysh e da ORAU nos convênios de cooperação binacional (agendas oficiais) entre Acre e Peru e para aqueles entre a região de Ucayali e o governo nacional peruano. Do encontro, também resultou um termo de cooperação assinado e lavrado como documento oficial entre a Aconadysh e a Apiwtxa para realização de projetos desde relativos ao manejo de recursos naturais até a proteção de índios isolados, passando pela troca de informação georreferenciadas sobre as fronteiras e as comunidades e os projetos REDD.

Hoje fazem parte do GTT, as seguintes instituições:

Organizações Indígenas de Representação: Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC);

Associações Indígenas: Associação do Povo Indígena Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA), Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI), Associação do Povo Indígena Nukini (AIN), Associação Kaxinawá do Rio Breu (AKARIB), Associação do Povo Indígena Arara do Igarapé Humaitá (APAIH), Associação Jaminawa e Jaminawa-Arara da Terra Indígena Jaminawa do Igarapé Preto (AJJAIP), Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawa da Praia do Carapanã (ASKAPA), Associação dos Produtores Agroextrativistas Hunikui do Igarapé do Caucho (APAHC), Associação de Cultura Indígena do Humaitá (ACIH), Manxineryne Ptohi Kajpaha Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco (MAPKAHA), Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIRH), Associação Katukina do Campinas (AKAC), Comunidade Ashaninka do Rio Breu;

Organizações do Movimento Social: Associação dos Seringueiros Agro-extrativistas da Bacia do Rio Croa e Alto Alagoinha(ASAEBRICAL), Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), Associação SOS Amazônia (SOS Amazônia), Amigos das Águas do Juruá (AMAJ), Associação dos Seringueiros e Agricultores do Juruá (ASAJURUA), Associação de Seringueiros e Agricultores do Rio Tejo (ASATEJO), Cooperativa dos Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá (CASAVAJ), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Thaumaturgo

Órgãos Públicos: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Assessoria Especial dos Povos Indígenas do Acre (AEPI), Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Zoneamento Ecológico Econômico (SEMA/ZEE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI).²

Embora a agenda do GTT tenha sido inspirada pelas ações de gestão territorial ambiental na fronteira Acre-Ucayali, e naqueles que são seus principais impasses, como é a questão da madeira³, as discussões de trabalho se ampliam para outras questões prementes nos últimos anos com o avanço das obras infra-estruturais de integração entre Peru e Brasil. Cabe destacar ainda que estrada BR 364 e seus impactos, sua possibilidade de ligação no trecho Cruzeiro do Sul-Pucallpa, em discussão desde 2005, a ferrovia, o acordo energético Brasil-Peru e as concessões para exploração de hidrocarbonetos, agora cercando a fronteira com o avanço dos estudos sísmicos no Brasil e com regularização por parte da ANP, todos são base de trabalho do GTT, já que afetam diretamente a vida das comunidades na fronteira.

Cabe lembrar que são base de trabalho e de ações, sempre na tentativa de fortalecer as relações fronteiriças entre as comunidades que lá vivem a fim de mitigar estes impactos ou de exemplificar estratégias de monitoramento aliadas a práticas de desenvolvimento comunitário, já que as mesmas em momento de expansão de fronteiras de desenvolvimento não podem estar separadas. Esta visão de trabalho junto às comunidades sem perder de vista o ambiente macropolítico do entorno vem permitindo elaborar pautas e monitorar as ameaças da fronteira. Este monitoramento, dentro do projeto de trabalho do GTT e da atuação de suas organizações parte contribui igualmente para fornecer subsídios ao poder público dos dois países a construir políticas públicas inclusivas para as populações transfronteiriças, a fim de que a partir do desenvolvimento socioambiental na região, o mosaico de ANPs presente na área da Serra do Divisor e do Alto Juruá possa ser preservado em sua sociobiodiversidade.

Para ilustrar em números a atuação do GTT⁴, até o primeiro semestre de 2011 foram realizados:

- Onze encontros no Vale de Juruá, oito Oficinas de Informação e Sensibilização para Proteção dos Povos Isolados (TI Kaxinawá do Rio Humaitá, TI Kaxinawá do Seringal Independência, TI Kaxinawá do Rio Jordão, com os moradores dos altos rios Iboiaçu e Muru, no Posto de Vigilância e Proteção da foz do Rio Douro/Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira (FPERE), Comunidade do Douro, aldeias Ashaninka e Madjá do Alto Rio Envira, na Base do Xinane/FPERE e na TI Mamoodate), bem como apoiou e forneceu subsídio para dois seminários em Rio Branco, um sobre Proteção e Vigilância de Terras Indígenas e outro sobre dinâmicas transfronteiriças e índios isolados na fronteira com Madre de Deus, onde se

² Estes dados foram retirados do *Informativo Dinâmicas Transfronteiriças Brasil Peru* Ano II – 2 edição – Dezembro de 2010.

³ “A madeira, retirada ilegalmente das áreas de proteção brasileira, é transportada por estradas abertas ilegalmente em território peruano e por via fluvial para serrarias localizadas na cidade de Pucallpa e, em seguida, exportada. Há desta forma, uma forte frente de ocupação de madeireiros em toda a faixa de fronteira do departamento de Ucayali, responsáveis pelas invasões às Áreas Protegidas em território brasileiro.” Observatório de Políticas Transfronteiriças, 2011.

estreitou o contato com a Federação Nativa de Madre de Dios (FENAMAD) e se ampliou a área de atuação do GTT para além da fronteira Acre-Ucayali.

Na ocasião do encontro entre as duas instituições, em maio de 2011, firmou-se convênio de intercâmbio de informações georreferenciadas entre a FENAMAD e a CPI-AC para a questão dos índios isolados e obteve-se a aproximação entre estas organizações e a FPERE/FUNAI para lidar com as ameaças na cabeceira do Rio Acre e do Envira. A partir desta ocasião e de outras conversas, está-se em um processo de organizar duas viagens em parceria com a FUNAI e o ICM-Bio para a detecção de rota de escoamento de madeira ilegal e narcotráfico pelas TIs e, principalmente, a influência destas dinâmicas no trânsito e na proteção dos isolados. CPI e FENAMAD começaram a discutir, a partir disso, a produção de mapeamentos participativos transfronteiriços com intercâmbio entre a população Yine, no Peru, e Manchineri, no Brasil, a fim de criar um método único de aproximação à situação.

O GTT além de promover estas vias de diálogo entre organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas e órgãos do governo também atua no monitoramento e observação dos grandes projetos de infra-estrutura afetando a fronteira Brasil-Peru e se articula de forma a incidir positivamente sob a ótica das comunidades nos fóruns de integração regional. Um exemplo de articulação deste tipo, envolvendo o GTT com outros atores da sociedade civil do lado peruano, foi o apoio técnico e político oferecido à criação do Fórum de Integração Fronteiriça Acre-Ucayali (FIFAU), principalmente na tentativa de formar as três comissões: Conservação da Biodiversidade, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Povos Indígenas. Este acompanhamento era principalmente oferecido pelo Comitê de Acompanhamento das Dinâmicas Acre-Ucayali, no qual estavam presentes os componentes da sociedade civil associados ao FIFAU.

O projeto de apoio técnico fazia parte do projeto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), financiado pela cooperação alemã (GTZ, atualmente GIZ), “Fortalecendo a Fronteira Acre-Ucayali”, iniciado em 2010 tendo como partes a CPI-AC, a SOS Amazônia e o Governo do Acre como um dos colaboradores executores do lado brasileiro, e a TNC, Universidade Nacional de Ucayali e, mais fortemente, a Pronaturaleza, do lado peruano. Um dos objetivos do projeto era além de trabalhar diretamente com as comunidades fornecer os insumos necessários para os governos regionais do Acre e de Ucayali avançarem sua integração, via mecanismos institucionalizados de cooperação, na direção do desenvolvimento sustentável e da vocação socioambiental, valorizando e respeitando os territórios já ocupados por comunidades.

O FIFAU acabou sendo desarticulado ainda em sua conformação. Contudo, o trabalho de fortalecimento das relações binacionais continuou via o projeto e as ligações que se estabeleceram com o mesmo. Neste sentido, continuando as articulações solidificadas com o projeto a CPI-AC e a SOS Amazônia continuam a incidir nas políticas de desenvolvimento regional pelo lado acreano, bem como o Centro de Investigações de Fronteiras Amazônicas (CIFA/UNU), TNC e Pronaturaleza monitoram e influenciam pelo lado peruano. Em dezembro de 2010, houve em Pucallpa, Ucayali, reunião para se discutir a política de integração e uma das principais fontes de preocupação foi a perda de órgãos institucionalizados pelo lado peruano e brasileiro para lidar com a questão.

Em Ucayali, a conformação do Comitê Regional de Desenvolvimento de Fronteira de Ucayali (CRDFU) e da Oficina Regional de Desarrollo de Frontera de Ucayali (ORDFU) para executar as decisões do primeiro avançou mais do no lado brasileiro. Contudo, ainda não há uma regulamentação para a atuação desta oficina, que depende de aprovação de Lei Nacional oferecendo mais autonomia aos departamentos para atuar em políticas internacionais em áreas de fronteira. As organizações apontadas como executoras (Pronaturaleza) e colaboradoras (TNC, CIFA/UNU), do projeto OTCA do lado peruano, junto com a ONG Instituto

del Bien Común (IBC) criaram um plano de trabalho para implementar até 2012 a estrutura logística do comitê, influenciando, assim, diretamente em suas futuras operações. Entre as propostas está formulação de dispositivos legais para a cooperação Acre-Ucayali, bem como a criação de grupos para observar os impactos com acesso aos estudos da possível integração vial (rodovia) entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa. Com relação a este último ponto, já há um grupo de observação para o assunto liderado por membros da Sociedade Peruana de Derecho Ambiental e pelo IBC, já que o traçado inicial da estrada deve passar pelas margens do Calleria, subindo ao Abujao e cortando a parte sul da Reserva Territorial Isconahua para Índios Isolados. Outro traçado, não menos impactante e preocupante, estaria atingindo a Comunidade Nativa San Mateo, logo abaixo da RT, também na fronteira com o Brasil. Sendo assim, a articulação que se dá entre a Organização AIDSESEP Ucayali (ORAU), IBC, CIFA UNU e SPDA é para monitorar os avanços para os estudos e construção da estrada.

Pelo lado brasileiro, o monitoramento ocorre principalmente via a CPI-AC e seus intercâmbios de informação com estas organizações do lado peruano. Além disso, via GTT, a CPI-AC busca informar aos parceiros de associações e organizações indígenas de base sobre estas dinâmicas que podem vir a afetá-los no médio e longo prazo. Enquanto do lado peruano se formou o CRDFU e a ORDFU, no lado acreano, depois da troca de governo estadual, as articulações oficiais perderam um ponto de referência para as negociações. Neste sentido, atualmente está avançando a conformação do Comitê de Gestão Integrada de Fronteira pelo governo do Acre. O comitê está animado sob nova legislação sobre fronteiras do governo federal brasileiro que estabelece os Núcleos Dinamizadores de fronteira, na qual o estado do Acre apareceria como um desses núcleos. Dessa maneira, o estado teria mais autonomia relacionada ao desenvolvimento e integração regional.

A CPI-AC e a SOS Amazônia como parte do projeto da OTCA, na qual o governo do Acre também é executor pela parte da institucionalização da integração regional via fortalecimento de comitês e fóruns, vem contribuindo em várias reuniões para que a sociedade civil e representações indígenas possam ter assento neste comitê. A lei para a formação do comitê ainda está sendo constituída, assim como está sendo discutido qual é o papel da sociedade civil no processo. As principais discussões giram em torno do conteúdo da integração e do desenvolvimento que o estado busca, bem como os mecanismos de consulta para que a população em área de fronteira, residente nas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP) deste processo, sejam consultadas e informadas sobre os projetos e negociações de desenvolvimento em fronteira.

A agenda oficial entre Acre e Ucayali continua ocorrendo, especialmente no que se refere à cooperação técnica em questões de etnomapeamento e gestão territorial e no âmbito da educação. No primeiro caso, em recente reunião entre gestores e técnicos da área de planejamento e meio-ambiente do Acre e da Amazônia peruana durante a Semana de Ciência e Tecnologia ficou selado o interesse e já algumas atividades relativas à troca de informações neste âmbito. Alguns técnicos do CIAM (Consejo Interregional Amazônico) já estão trabalhando na Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA-AC) para transferência de conhecimento sobre o processo de etnomapeamento e gestão territorial. Processo, aliás, que foi iniciado pela CPI-AC com o apoio da Fundação Moore e da The Nature Conservancy (TNC), no início dos anos 2000, para a realização de mapeamentos participativos e posteriores planos de gestão territorial em oito Terras Indígenas (TIs), na área de fronteira com o Peru. Pode-se dizer, de maneira geral, que tanto do lado peruano, como do lado brasileiro, a formação dos comitês de gestão ou de fronteira são uma tentativa de substituir de forma mais centralizada o Comitê de Acompanhamento, desde demandas mais centralizadas na necessidade de integração vista pelo governo regional e estadual em diálogo com a sociedade civil em ambos os lados da fronteira.

Por último, outro veículo de cooperação e troca de informações que buscou consolidar a articulação e integração regional foi o grupo MAP (Madre de Dios-Acre-Pando). De âmbito mais acadêmico, bastante concentrado nas pesquisas de maneira a fornecer subsídios para políticas públicas e chamar a atenção para o caráter transfronteiriço das questões ambientais, as contribuições do MAP, que também inclui a região de fronteira na Bolívia, referiram-se muito a avaliação do compartilhamento e melhor uso dos recursos hídricos. Soma-se a isso a idéia de mapear estratégias de cooperação para lidar com problema de desmatamento e queimadas a fim de mitigar as mudanças climáticas na região, chamando a atenção para o efeito sobre as áreas protegidas. Atualmente, o grau de articulação do MAP não está mais tão elevado, com outros fóruns temáticos binacionais e estratégia de cooperação técnica, tais como entre o CIAM e a SEMA/ACRE crescendo na troca de melhores práticas em gestão territorial e ambiental.

2. Estratégias para o monitoramento e vigilância participativa de territórios indígenas e terras na zona de fronteira do estado do Acre sendo elaborados até 2013, com no mínimo 1 projeto piloto correspondente iniciado por organizações socioambientais relevantes até 2015

No estado do Acre, já há uma estratégia de vigilância participativa vigente a partir do trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) e dos mapeamentos participativos e planos de gestão territorial. Os mapeamentos participativos permitem a identificação das atividades e a distribuição das mesmas na Terra Indígena a partir da visão daqueles que vivem na comunidade. Muitas destes comunitários que participam deste mapeamento vão ser aqueles que serão formados como AAFIs no curso do Centro de Formação dos Povos da Floresta, da CPI-AC. Os AAFIs que hoje totalizam quase 120 profissionais da floresta, trabalhando na execução dos planos de gestão territorial de suas áreas a partir dos mapeamentos e dando continuidade aos trabalhos para a sustentabilidade socioambiental são fundamentais na identificação dos problemas que afetam a TI e, principalmente, das ameaças advindas de territórios contíguos. A formação dos AAFIs corresponde a nível médio e teve seu currículo aprovado pelo Conselho de Educação do estado do Acre em 2009 (conferir)

Em seminário sobre Proteção e Vigilância em Terras Indígenas em junho de 2010 na CPI-AC, onde estavam presentes AAFIs da maior parte das TIs do Acre, bem como do governo do Estado e da FUNAI, foi preparada uma carta para o governo, bem como um mapeamento daquelas que eram as principais ameaças. Na carta, um aspecto comum para as TIs que estavam em área de fronteira foram ameaças relacionadas à invasão destas terras por pequenos produtores, tanto do lado brasileiro, como do lado peruano. Do lado brasileiro, pela parte de extrativistas e assentados e, do lado peruano, de famílias de pequenos produtores ligados quase sempre à extração ilegal de madeira advinda do Peru. Outro ponto de preocupação, e sobre o qual os AAFIs buscam ajuda de parceiros e se organizam entre si para ter informação e trabalharem para mitigar efeitos negativos, são as grandes obras de infraestrutura. Tais empreendimentos incluem estradas federais e também a prospecção de petróleo e gás, ocorrendo em grande escala em áreas de fronteira, sendo estradas como a BR 317 e 364 os maiores fatores causadores de externalidades negativas nas TIs. A 317 vai ligar o Brasil ao Peru, trazendo ameaça de madeireiros e narcotraficantes. A 364, que corta o Vale do Juruá, tem o projeto de ser ligada até Pucallpa por projeto do governo nacional peruano, ao que parece com a fase de estudos para os traçados já aprovada.

Além das obras de infra-estrutura e do avanço dos madeireiros ilegais, outras ameaças apontadas pelos AAFIs envolvem narcotráfico, pesca ilegal e invasão de caçadores. Neste sentido, foi ressaltada a necessidade de órgãos governamentais responsáveis tais como FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e governos estaduais e federais trabalharem em conjunto com as comunidades na detecção e contenção dessas ameaças. Foi apontado que com o encerramento do Programa de Proteção e Vigilância em Terras Indígenas financiado pelo

Programa de Proteção de Terras na Amazônia Legal (PPTAL/GTZ), muitas das áreas ficaram vulneráveis, sem financiamento para atuação em programas do tipo.

Tanto na fronteira com Ucayali, como com Madre de Dios, são apontadas as ameaças de invasão de madeireiros que com a abertura de ramais ilegais acabam trazendo abertura para o narcotráfico. Na fronteira Acre-Ucayali com relação à exploração de madeira, há a atividade significativa da Apiwtxa, que desde a demarcação de seu território realiza a vigilância sobre seu território, na área de fronteira Brasil-Peru. A pressão sobre o governo para a realização de operação em conjunto para os madeireiros invadindo o território desde o Peru começa com intensidade em 2004, quando a estratégia de vigilância toma força por denúncias via internet da situação. Nesta ocasião, chama-se para uma ação em conjunto povos do lado peruano, onde a legislação ambiental no que tange a concessões florestais estaria contribuindo para o avanço dos madeireiros que entram ou pelas próprias áreas concedidas ou por comunidades nativas do lado peruano. Este foi o caso dos recém contatados Amawaka⁵, em 2003, que entraram em conflito localizado com os Ashaninka, e da comunidade Sawawo Hito 40, posteriormente a este evento⁶.

Dessa forma, os Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia recentemente realizaram em setembro de 2011, a Operação Copaíba, junto com o IBAMA, a Polícia Federal, FUNAI e parceiros da Comunidade Saweto, da região do Alto Tamaya, no Peru. Vale destacar que foram os Ashaninka de Saweto, que ao se dirigirem à aldeia Apiwtxa detectaram as madeiras marcadas para extração ilegal já na TI Kampa do Rio Amônia. Desde esta descoberta, a denúncia foi feita e a operação se realizou. Esta é uma estratégia de cooperação transfronteira entre comunidades indígenas que vem ocorrendo e se estreitando na fronteira Acre-Ucayali desde 2004. Neste período, o Setor de Geoprocessamento da CPI-AC veio contribuindo de maneira constante com todo o processo a partir da produção dos mapas e do levantamento de informações geográficas sobre monitoramento do uso da terra e as formas de ocupação em seu espaço.

Outro exemplo de cooperação entre organizações indígenas e indigenistas para a proteção e vigilância de territórios transfronteiriços envolve a CPI-AC, a Federação Nativa de Madre de Dios (FENAMAD) e os povos indígenas Yine, no Peru, e Manchineri, no Brasil. A partir de reunião em maio de 2011, em Rio Branco, Acre, esta cooperação ficou ainda mais institucionalizada com estabelecimento de intenção e, mais tarde, compromisso para formar uma agenda de trabalho em conjunto para ações transfronteiriças na fiscalização de territórios e na construção da colaboração entre os povos dos dois lados da fronteira. Esta colaboração se fez, prioritariamente, no tema dos índios em isolamento voluntário, que sofrem ameaças a sua sobrevivência nesta região dado o avanço das concessões florestais sobrepostas a Reservas Territoriais no Peru e, também, ao aumento do corte ilegal de madeira.

Somam-se a isso, atividades ilegais de mineração e o aumento do ecoturismo no lado peruano. Dentro da cooperação para verificar os pontos de trânsito dos índios isolados aliados aliado à ameaça de avanço em TIs já demarcadas, foi realizada em julho de 2011, uma viagem em conjunto que também incluiu o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICM-Bio) e a FUNAI, à Aldeia Extrema, na TI Mamoadate, em Assis Brasil, no Acre. Na viagem, os pontos de perambulação foram identificados bem como as ameaças de incursão de madeireiros e

⁵ No caso dos Amawaka, pelas pressões da frente de expansão de madeira na região de Ucayali, membros deste grupo indígena começaram a se deslocar em direção a fronteira com o Brasil. Soma-se a isso o fato de que alguns começaram a ser usados pela própria empresa em caráter de exploração já que, recém-contados, não tinham condição de negociar seus termos de trabalho. Dessa maneira, a desarticulação desta população levou ao seu deslocamento e a ataques localizados contra os Ashaninka, resultando em uma morte na fronteira.

possíveis pontos de passagem de narcotraficantes na proximidade do igarapé Paulo Ramos, subsidiário do Rio Iaco.

Em termos de projeção para o futuro, a cooperação entre a CPI e a FENAMAD envolve a realização de mais duas viagens em parceria com o ICM-Bio e a FUNAI até o final de 2011 com fins de detectar as atividades ilegais em fronteira e suas influências em territórios indígenas de fronteira. Além disso, prevê-se já em plano de trabalho para 2012 um intercâmbio entre os povos Yine e Manchineri para criar estratégias comuns de ações com relação aos isolados. Neste intercâmbio, a idéia também é buscar uma troca entre os agentes de proteção indígena da Reserva Territorial Madre de Dios, do posto de proteção de Monte Salvador, e os AAFIs e professores da TI Mamoadate sobre a questão dos isolados e às ameaças à soberania territorial e à saúde indígena. Particularmente importante é o plano de envolver a Comunidade Nativa Bélgica, onde há a atuação de concessionários de madeira na discussão e sensibilização sobre o tema, já que é em área contígua e sem fiscalização junto à mesma comunidade que há grande incursão de madeireiros ilegais.

O intercâmbio seguiria a linha das Oficinas de Sensibilização e Informação sobre os Índios Isolados em Terras Indígenas, assessoradas pela CPI-AC em parceria com a Frente de Proteção Etnoambiental do Envira da FUNAI (FPERE/FUNAI). As oficinas são organizadas pelas próprias comunidades indígenas, nas quais planos de gestão territorial foram formulados e estão em curso. Com esta atividade, são passados aos indígenas de áreas onde há incidência de isolados explicações sobre as dinâmicas com estes povos e, também, são recolhidas informações que a comunidade possa ter sobre a problemática. Dessa forma, a comunidade se envolve e participa da formulação das medidas para a situação, ao mesmo tempo em que discute a proteção e a vigilância de seu próprio território frente às mesmas ameaças que causam o deslocamento dos isolados.

No âmbito da cooperação com o governo estadual, foi articulado dentro do “Programa de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas (PPA 2008-2011)” o termo de cooperação técnica entre a FUNAI, o Governo do Estado do Acre e instituições parceiras, tal como a CPI-AC na produção de informações georreferenciadas para que a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira fosse fortalecida. Tudo isso com fins de que os territórios pudessem ser protegidos da melhor forma possível, bem como as formas de vida dos índios em isolamento voluntário. Tal termo de cooperação visa também facilitar o avanço nos processos de regularização das terras indígenas no estado do Acre, apoiando os programas de gestão ambiental e vigilância territorial, bem como a ampliação de terras já consideradas muito pequenas com o aumento da população.

Em relação aos programas de gestão, algumas ações foram executadas entre 2009 e 2010, que facilitaram o recolhimento de informação sobre a segurança das fronteiras das TIs e sobre os impactos das mudanças econômicas nas mesmas TIs. Nesta mesma época, foram realizados 08 planos de gestão em 08 TIs (Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu, Kampa do Rio Amônia, Nukini, Poyanawa), 08 planos de gestão em áreas afetadas pela construção de BRs (Rio Gregório, Kaxinawá Igarapé do Caucho, Kaxinawá da Colônia 27, Jaminawa do Rio Caeté, Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre, Katukina/Kaxinawá e Campinas/Katukina). Em termos de processamento, dentro do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (ProAcre), estão em feitura outros Etnozoneamentos e Planos de Gestão tais como nas TIs Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kaxinawá Nova Olinda, Nawa e Jaminawa do Bagé.

Na discussão sobre proteção e vigilância de terras indígenas, também ficou acordado entre os indígenas a necessidade de delinear estratégias para iniciar o etnozoneamento e posterior elaboração de planos de gestão em outras 14 TIs (três na região do Purus, 6 na região do Juruá). Como resultado da discussão entre os AAFIs, percebeu-se a necessidade de construção de um posto de vigilância da FUNAI na Boca do Arara, onde há trânsito de isolados, vindos da região do Envira.

Na região do Alto Juruá, o que preocupa é a demarcação paralisada da TI Nawa, que deixa o território vulnerável à entrada de não-índios, que tem mais facilidade de ocupar a terra, bem como madeireiros ilegais e narcotraficantes, que utilizam rotas pelo Parque Nacional da Serra do Divisor. Soma-se a isso o avanço das concessões e estudos para a prospecção e exploração de petróleo na região.

Neste sentido, durante o seminário sobre fiscalização em Terras Indígenas, um ponto muito importante que acaba por ser incorporado por comunidades comprometidas em trabalhar para a sustentabilidade das áreas de fronteira, foi que quaisquer ações em áreas contíguas deveriam buscar envolver os pequenos produtores, ribeirinhos, extrativistas, assentados e pescadores que vivem no entorno da TIs, onde os planos estão sendo incorporados. Estes atores, “junto com os grandes produtores, empresários e fazendeiros que atuam em áreas que alcançam os limites das TIs” (*Primeiro Seminário de Vigilância em TIs do Acre*, julho de 2010, documento base), configuram uma das maiores fontes de pressão nas terras indígenas e demais áreas de preservação. Como resultado, foi produzida uma carta-documento, entregue a Assessoria Especial dos Povos Indígenas do Acre (AEPI), em que se ressaltou que estas ameaças unidas a falta de informação advinda dos órgãos governamentais sobre as obras de infra-estrutura e projetos de prospecção de petróleo estava colocando em risco a terra e a cultura dos povos na área de impacto dos mesmos projetos.

Este seminário e as iniciativas para a troca de informações apoiadas pelo GTT se inseriram até 2010 no projeto, de financiamento da RFN, “Fortalecimento dos Povos Indígenas e Conservação da Biodiversidade na Fronteira Acre-Brasil – Peru (2007-2010). Somou-se a esta iniciativa de cooperação interinstitucional entre a CPI-AC e a Rainforest o projeto com a OTCA-GTZ “Fortalecendo a Integração Fronteiriça Acre-Ucayali” (2009-2011). Além dos eventos descritos que serviram para empoderar e facilitar a troca de informação entre as comunidades, a formação presente em seminários e nas ações propostas pelo GTT permitiram subsídios para que o IBAMA, junto com a Polícia Federal e o Exército Brasileiro, realizassem 17 ações de fiscalização e monitoramento, principalmente na TI Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor. As ações resultaram na apreensão de 955 toras e 2.565 pranchas de madeira, além da apreensão de equipamentos para o corte e transporte destes materiais. As operações, realizadas em grande parte com a ajuda de indígenas, deram cabo de acampamentos de madeireiros ilegais e detiveram aproximadamente 73 pessoas envolvidas com a extração ilegal de madeiras nobres.

Do lado peruano, como apontado, as ações de vigilância e proteção dos territórios avançam sob a ação militante de organizações como a AIDSESEP e a FENAMAD. Neste sentido, uma das propostas principais é a do reconhecimento pelo governo nacional, pressionada principalmente pela AIDSESEP, da profissão dos agentes de proteção indígena em reservas territoriais. Como dito, a FENAMAD possui um posto de vigilância na RT Madre de Dios, próximo à comunidade de Monte Salvado. A ORAU atualmente trabalha com quatro postos de controle para a RT Mascho Piro nas imediações do Rio Curanja. Há outro posto no encontro do Yurua-Huacapishtea, para a RT Murunahua, e um no rio Calleria para a RT Isconahua. Ainda, há propostas de criação de postos de controle no Inuya e na Comunidade Nativa Dulce Gloria para a RT Murunahua. Estes dois últimos postos coincidem com a proposta para a Reserva Comunal Yuruá. Vale ressaltar que como estratégia de vigilância ocorreu na mesma região uma operação de patrulhamento com a organização Pro-Purus no território Ashaninka. O Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) acompanhou a operação.

Em Madre de Dios, o SERNANP está traçando plano de cooperação com a FENAMAD para vigilância do Parque Nacional do Manu a fim de garantir a integridade territorial e cultural das comunidades nativas no entorno do parque, bem como para assegurar a proteção dos povos em isolamento voluntário. Dentro de tal ação está sendo combinada ação em conjunto na fronteira junto com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICM-Bio), responsável pelo

monitoramento e fiscalização de áreas naturais protegidas no Brasil e o Exército brasileiro sob o subsídio de informações da CPI-AC.

3. Impactos socioambientais oriundos do desenvolvimento de obras de infraestrutura entre as cidades de Cruzeiro do Sul, Pucallpa e Porto Inambari sendo abordados por meio de campanhas de conscientização realizadas em comunidades locais e trabalhos de influência e apoio às autoridades locais, regionais e nacionais

Os impactos socioambientais são muitos na região mencionada, já que este é o principal eixo por onde avançam obras de infra-estrutura na região da fronteira Acre-Ucayali/Acre-Madre de Dios. Há algumas campanhas de conscientização como a que FENAMAD vem desenvolvendo junto a comunidades no entorno do projeto de hidrelétrica de Inambari, mas o que predomina são os trabalhos de desenvolvimento comunitário – tais como aqueles referentes a práticas de agroecologia. A FENAMAD vem realizando trabalho nas comunidades próximas a hidrelétrica de Inambari, como é o caso de Puerto Luz e Boca Inambari, por exemplo. Da mesma maneira, associações indígenas como a Apiwtxa e a Aconadysh por meio de convênios na área de práticas agroflorestais e de divulgação de informações sobre impactos da exploração ilegal de madeira, aumentada com o avanço de abertura de estradas clandestinas a partir da estrada saindo de Pucallpa, indo para as regiões de selva.

Atualmente, também, as comunidades indígenas no Vale do Juruá, médio e alto, bem como da região do Humaitá, Muru, Envira e Iboiaçu, apontam para os problemas que ocorrem em suas comunidades devido à construção da BR 364, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além do financiamento do BNDES, cabe lembrar que houve também - e ainda há - aportes do BID, via Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (ProAcre) para que os municípios da área da 364 pudessem ser contemplados com os Programas de Desenvolvimento Comunitário (PDCs) a fim de terem mitigados os impactos socioambientais da estrada a partir de evidenciamento de potenciais econômicos locais, ligados a oportunidades de desenvolvimento surgidas com a estrada. Tudo isso dentro do ordenamento previsto pelo Zoneamento Ecológico-Econômico por meio da categorização da maior parte das áreas indígenas como Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP) ou Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED). Na realidade, como destacado pelo Plano de Valorização dos Povos Indígenas, em 2009, os impactos socioculturais e ambientais da estrada tem sido vários.

A finalização do trecho da BR 364 até a cidade de Cruzeiro do Sul, culminando na inauguração da ponte na mesma cidade em 14 de agosto de 2011, é um exemplo de avanço infra-estrutural que procura integrar a floresta aos oceanos Pacífico e Atlântico. Ligando Cruzeiro do Sul a Rio Branco, a estrada permite que haja conexão com outros dois eixos rodoviários, guardando interesses econômicos e políticos estratégicos para o estado do Acre e para o Brasil e o Peru, em última instância. Um envolve a Rodovia Interoceânica Eixo-Sul (ou Estrada do Pacífico), da qual faz parte a BR 317, que liga Boca do Acre, no estado do Amazonas, até Assis Brasil, na fronteira do Acre com o departamento de Madre de Dios, no Peru. Com malha rodoviária se estendendo até Puerto Maldonado, no Peru, e desta cidade até o Porto de Ilo, no Pacífico peruano, a estrada ligará os centros industriais do sudeste brasileiro ao pacífico, bem como aparentemente trará para a população da Amazônia ocidental produtos daquela parte do país com custo reduzido.

No caso da BR 364, os municípios de Feijó e Tauracá já sentem por suas comunidades problemas de alcoolismo, prostituição, além de outra questão mais séria: a migração das TIs para os centros urbanos mais próximos da estrada. O impacto socioambiental, neste sentido, é sentido na própria terra que se degrada com desmatamento, poluição dos rios etc, mas também pela mudança profunda nos costumes tradicionais que, por vezes, não gera adaptação às novas condições externas, levando à saída da TI e ao abandono dos roçados e demais projetos na aldeia. Isto compromete a segurança alimentar das populações envolvidas e a própria soberania destes povos que perdem em coesão na hora de decidir e trabalhar para o seu futuro. Quanto a isso, diagnóstico apontado por mapeamentos em algumas regiões mostra que os efeitos das estradas podem ser de impacto negativo na continuidade de projetos desenvolvidos na comunidade, se a mesma começa a perder em integridade⁷.

Soma-se a isso o fato de que as dinâmicas não são apenas relativas às Terras Indígenas ou comunidades, dentro de uma TI específica. Voltando aos Ashaninka do Amônia para exemplificar, a expansão da BR 364 e projetos como o de exploração do Lote 190 de petróleo pela linha Juruá Sul-Tefé - tal qual está sendo articulado pelo governo do Acre com o governo federal – podem gerar impactos nas TIs, os quais não dependem apenas da resposta dos indígenas na TI Kampa, por exemplo. Isto porque a posição vicinal à Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá, com o Parque Nacional da Serra do Divisor e, em alguns anos recentes, com assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), faz com que a sobrevivência e adaptação das comunidades dependam também das inter-relações com os grupos habitando outras categorias de terras reservadas e de seu ordenamento territorial. No caso específico do petróleo, as TIs Nawa e Nukini que são contíguas entre si e ao Parque Nacional da Serra do Divisor sofreriam diretamente estes impactos por estarem a poucos quilômetros dos estudos de linha sísmica.

Nesse sentido, comunidades como a Apiwtxa trabalham por meio do Centro Yorenka Ætame de Saberes da Floresta para educação ambiental e desenvolvimento de projetos de recuperação ambiental para a juventude de Marechal Thaumaturgo. Isso inclui população do município em geral, da Reserva Extrativista do Alto Juruá, de outras comunidades indígenas e do próprio assentamento. A campanha por conscientização e práticas agroflorestais extrapola a aldeia por este ponto de vista.

Além das estradas e da questão dos hidrocarbonetos, há também na área o tema da integração energética e da construção da malha ferroviária, com aportes previstos pela iniciativa IIRSA. Pelo eixo Amazonas, alguns projetos já começam a se desenrolar no corredor Pucallpa-Cruzeiro do Sul, na busca por interligar o suprimento de energia hidrelétrica por meio do potencial da bacia do Juruá com a estrutura de transporte ao realizar acesso à hidrovía de Ucayali. O projeto, apenas em sua fase inicial, estaria orçado em US\$ 40 milhões e ainda requer consulta com o Brasil. Para tanto, ainda se faz necessária a licença de operação e os estudos de impacto ambiental, que se imaginam altos devido à presença de muitas comunidades indígenas e não-indígenas nas margens dos rios da bacia, dependendo do potencial pesqueiro para sua soberania alimentar.

⁷ Isto ocorreu com a comunidade Ashaninka Sawawo Hito 40, quando da entrada em grande escala de madeireiros da Forestal Venao para o corte de mogno. Pela legislação peruana, as áreas florestais são loteadas para concessão de exploração e as mesmas concessões podem se sobrepor a terras de titularidade indígena ou em processo de se tornar indígena. Neste país, os indígenas compram e negociam a titularidade de suas terras com o governo central e o governo regional. Da mesma forma, no momento em que as empresas chegam pelas concessões para começar o processo de exploração, tudo é tratado entre os indígenas e as empresas. No caso de Sawawo, a degradação ambiental da terra veio como consequência do corte intenso do mogno, que trouxe remessas grandes para a comunidade no início, mas que não teve compromisso firmado para o manejo do uso dos recursos naturais, causando impacto ecológico considerável.

Para as obras nesta área, Tanto a carta produzida ao final do Primeiro Seminário de Vigilância e Fiscalização em Terras Indígenas quanto o documento síntese para o lançamento do Programa de Valorização dos Povos Indígenas atenta para este fato. Todavia, outro fator também é destacado nos documentos e diz respeito a que não são somente às áreas imediatamente afetadas pela BR que sofrem impactos, sendo o efeito espinha de peixe difundido para outras áreas que recebem os efeitos de urbanização vindos com a estrada. Ademais, as áreas mais afastadas da estrada acabam por ter menos projetos e financiamentos por estarem mais afastadas das ZAPs e ZEDs. Áreas como aquelas do rio Envira e Muru entram neste vácuo de atividades, por exemplo, o que traz a mobilização já apontada para as Oficinas de Sensibilização e a movimentação da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) para a reivindicação da colocação em prática das ações previstas pelos planos de gestão territorial.

Ainda no âmbito dos projetos do IIRSA, há a construção da Ferrovia EF-246⁸, que ligará o Peru ao Brasil, buscando conectar os dois oceanos, passando pelo Juruá, descendo ao cerrado amazônico e atingindo o porto de Sepetiba e o Cais do Porto, no Rio de Janeiro. Atualmente, em termos de projetos infra-estruturais, esta é uma das maiores fontes de conversação entre o governo brasileiro e peruano, bem como entre as administrações regionais do Acre e de Ucayali. Para as comunidades, seu impacto provavelmente será menor do que o de rodovias, mas a consulta e a ligação deste empreendimento com novas concessões de petróleo na região aliadas a potencial mudança do ordenamento territorial pela modificação do Código Florestal não vem sendo muito debatidas. Dessa maneira, como iniciativa de formação o GTT, juntamente com parceiros como a Apiwtxa, ORAU e suas organizações locais buscam em recentes conversações realizar oficinas e contribuir para o monitoramento das obras do IIRSA Eixo Amazonas e Eixo Central a fim de observar e denunciar os impactos das mesmas.

Com relação à rodovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul, já há um grupo de monitoramento pelo lado peruano que acompanha as autorizações para estudo da estrada, bem como os avanços na direção da concessão. A Sociedade Peruana de Direito Ambiental tem protagonismo neste sentido, bem como comunidades nativas do rio Calleria, tal qual a comunidade Flor de Ucayali, em Ucayali. No que tange a ação da associação nacional de representação, a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) e suas bases de apoio no governo nacional peruano tem se organizado para rechaçar este projeto.

Outro empreendimento rodoviário, também incluído na carteira de aportes do IIRSA, diz respeito ao trecho de estrada Puerto Esperanza-Iñapari, que se unirá a BR 317 (mais precisamente Assis Brasil), possivelmente se sobrepondo ao Parque Nacional (PN) do Manu e a Reserva Territorial Madre de Dios para índios em isolamento voluntário. Quanto a esta obra de infra-estrutura, a FENAMAD vem buscando junto a partir de seu posto de controle em Monte Salvado, subir o parque e fazer o monitoramento do possível trajeto. Para tanto, já fez uma viagem ao local e detectou, junto com o diretor do PN, que o traçado da estrada avançaria pelo menos 15 km no perímetro da área reservada do parque. Por isso, junto com as ações que vem coordenando com a CPI-AC já para o ano de 2012 pensa em viagens em conjunto na área do Parque Estadual do Chandless, no Acre, e do Parque Nacional do Manu, em Madre de Dios, para continuar observando os avanços e organizar uma campanha para a paralisação das obras, exigindo que se tenha acesso aos estudos atualizados sobre a construção e seus

⁸ A Ferrovia é também conhecida na carteira de aportes da IIRSA como EF-354. O projeto é que a mesma inicialmente 4.400km de extensão, cortando os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com ramificação para o Porto de Ilhéus. Para a construção da ferrovia no lado brasileiro foi aprovada a Medida Provisória (MP) 427-A de 2008, autorizando constitucionalmente a Lei de Conversão n.16 de 2008 que reestruturou a empresa VALEC Ferrovias S.A. para a construção do empreendimento. Do lado peruano, congressistas tentam levantar fundos para o aporte do IIRSA sob a justificativa de importar soja barata do cerrado brasileiro e exportar fosfato e minérios à Amazônia Ocidental peruana.

impactos socioambientais. Quanto a isso também, AIDSESEP e ORAU, com o apoio de CPI, planejam um pronunciamento contra o convênio firmado entre a Municipalidade do Purus e o Ministério da Comunicação e Transporte peruano para a construção da estrada.

O acordo energético assinado em 2010 entre Alan García e Luis Inácio Lula da Silva prevendo a construção de seis hidrelétricas na Amazônia peruana com financiamento e expertise brasileira também preocupa em seus impactos ambientais. Um dos mais polêmicos envolve a hidrelétrica de Inambari, em Madre de Dios, que ainda está em fase de estudos, mas que ao que tudo indica terá as obras em prosseguimento. Contra isso, a FENAMAD junto com a Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA) vem realizando campanhas contra a hidrelétrica com a elaboração de vídeos e apresentação de estudos com previsão do impacto ambiental do empreendimento. Além disso, a FENAMAD vem atuando junto às bases em comunidades como Boca Inambari e Porto Luz para informar sobre os efeitos desta obra de infra-estrutura e conscientizar as comunidades sobre seu poder de consulta e a importância de participar sabendo dos impactos destes mesmos processos de consulta. Constantes reuniões vêm sendo realizadas nas bases para isso e o assunto é recorrentemente incluído na pauta das assembleias comunitárias.

Em relação aos impactos e campanhas para lidar com os mesmos também está campanha desenvolvida pela ORAU e AIDSESEP para denunciar a situação do lote 188 da Pacific Stratus no limite da Zona Reservada da Serra do Divisor, mais especificamente com prováveis impactos sobre a Reserva Territorial Isconahua. Quanto a isso, o Instituto del Bien Común (IBC) também realiza estudos e campanhas para fortalecer as comunidades no entorno para a fiscalização e criação de estratégias alternativas ao petróleo na região, rechaçando este modelo de exploração que se sobrepõe às reservas territoriais. Um exemplo de projeto consorciado neste sentido é o “Paisajes Indígenas”, com financiamento da USAID, que busca elaborar planos de vida para as comunidades na região. Para tanto o IBC trabalha com o SPDA e com a organização regional ORAU, com a ONG Pronaturaleza, buscando alianças com o CIFA/UNU e com a CPI-AC para ações mais integrais na área de fronteira para o ano de 2012. Estas ações envolveriam o intercâmbio entre a TI Nawa e Nukini do lado brasileiro e a Comunidade Nativa San Mateo, do lado peruano.

Por fim, cabe colocar que este tipo de ação voltada à formação com ações práticas de difusão e atividades entre lideranças e organizações comunitárias acabou por inspirar a criação do Observatório de Dinâmicas Transfronteiriças Brasil-Acre, que em fase de finalização, espera ser parte do processo de construção de cooperação sobre as fronteiras por meio do fornecimento de informações a respeito do desenvolvimento e integração regional. Ademais, o observatório busca também ser um fórum qualificado onde especialistas e lideranças das próprias comunidades possam contribuir com suas análises e informações a fim de formar um grupo crítico a respeito das dinâmicas de fronteira e desenvolvimento na região, bem como denunciar e discutir os impactos dos projetos de desenvolvimento que os afetam. Tal qual o boletim informativo “Dinâmicas Transfronteiriças”, já distribuído em duas edições em 2009 e 2010, o observatório reportará o processo a partir das vivências em fronteiras e, além disso, produzirá conhecimento e mais espaço de cooperação partindo destas mesmas experiências, procurando ser um monitor online para entender as fronteiras e seus desafios e divulgar para o grande público esta dinâmica comunitária regional que alimenta ações muito pouco veiculadas. A idéia é também monitorar as iniciativas das comunidades de fronteira criando um espaço de troca entre as mesmas e possibilidades de cooperação entre projetos ao reuni-los os reportes sobre os mesmos em um só espaço.

4. Melhor proteção das populações indígenas isoladas no estado Acre por meio da identificação de novas terras/reservas indígenas, elaboração de mapas temáticos e atualização de planos/ dados de monitoramento em colaboração com a FUNAI

Entre 01 e 03 de dezembro de 2010, houve em Rio Branco, Acre, o seminário “Índios Isolados e Dinâmicas Fronteiriças no Estado do Acre: políticas oficiais e agendas futuras para sua proteção”. Neste momento, lideranças e representantes de organizações indígenas discutiram políticas de proteção aos isolados e as ameaças que ocorrem em suas terras como resultado de projetos e atividades extrativas (madeireiras e petrolíferas) na fronteira do Acre com o Peru. Durante o seminário, comunidades indígenas foram informadas sobre os isolados, enquanto os seus próprios problemas comunitários foram discutidos, não havendo desconexão ou priorização de uma situação sobre outra. Isto é relevante, pois é preciso que não se retire o foco de comunidades já tituladas ou em processo de titulação que sofrem com as mesmas pressões que os índios isolados e que podem ter também graves consequências em seus aspectos culturais, sociais e políticos, bem como em sua própria sobrevivência nas suas terras nativas entendidas como territórios autônomos e coletivos, dado o avanço das fronteiras econômicas.

O seminário marcou a finalização das oficinas de informação e sensibilização sobre os índios isolados ocorridas durante o ano de 2010. Neste momento, foram debatidos e discutidos os principais resultados das oficinas. Ademais e, mais importante, foram colocados o que deveriam ser os próximos passos a partir do observado e compartilhado durante as oficinas sobre a questão dos isolados em diferentes terras indígenas. Algumas questões específicas merecem atenção como a situação das imediações do Humaitá e do Alto Tauaracá, onde se estuda a possibilidade de criação de uma terra exclusiva aos isolados e a situação da TI Ashaninka/Kashinawá do Breu. Entretanto, vale primeiramente destacar aquelas que foram as decisões dos participantes de maneira ampla, com reflexo das oficinas nas áreas trabalhadas, as quais se relacionam a:

- “- Conceder partes das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (acima dos igarapés Boa Esperança e Murunáu) e Kaxinawá do Rio Jordão (acima dos igarapés Papavô e Seringueira) para o uso exclusivo dos “brabos”
- Fortalecimento da parceria entre a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira (FPERE/FUNAI) com os Huni Kuĩ (Kashinawá) na implementação da política de proteção aos isolados, por meio da realização de reuniões e encontros periódicos e da participação indígena nos sobrevôos às áreas dos “brabos”;
- Identificação de nova terra indígena destinada aos “brabos”, entre as cabeceiras do rio Muru e Jordão;
- Implantação do Posto Indígena de Vigilância e Proteção (PIVP) no alto rio Muru;
- Estruturar postos de vigilância nos altos rios Humaitá e Jordão, nos limites propostos para uso exclusivo dos “brabos”, com os objetivos de: a) monitorar a movimentação dos brabos; b) disponibilizar ferramentas e outros utensílios que os “brabos” vêm roubando das casas Huni Kuĩ e de brancos do entorno, como forma de pacificar essa relação; c) realizar vigilância e fiscalização de invasões de madeireiros, caçadores e pescadores; d) indenizar as famílias roubadas pelos “brabos”;
- Dotar as aldeias das terras indígenas citadas com meios de comunicação confiáveis (radiofonia, telefonia e internet);

- Incluir a questão dos índios isolados como prioritária nas discussões e decisões sobre fronteira e integração regional Brasil-Peru.”⁹

Algumas dessas recomendações já estavam sendo colocadas em curso antes do seminário e outras tiveram início já em 2011. No primeiro grupo, estão a produção de relatório para a concessão de terras no Humaitá por parte dos Huni Kui aos isolados e a identificação de novas terras nos rios Muru e Jordão. Ademais, soma-se a isso a inclusão dos isolados nas discussões transfronteiriças Brasil e Peru, no qual o assunto figura como um dos eixos centrais para as discussões sobre vigilância e proteção territorial, principalmente entre organizações da sociedade civil e o movimento indígena.

Um pouco diferente da inclusão em agenda corrente, com a busca do fortalecimento das ações já em curso está a implementação de ações de indenização das famílias que tiveram itens roubados pelos isolados. As indenizações foram realizadas na região do Humaitá a famílias que tiveram o roubo avaliado e comprovado pelos indígenas em associação com a FPERE/FUNAI. As atividades foram organizadas pelo líder indígena e vídeo maker Nilson Sabóia Tuwe Kaxinawá, que filmou as ações produzindo um documentário importante para a memória das ações e para a história recente dos Huni Kui em relação à vigilância e a preservação de suas terras. No documentário, está registrada a construção de relação de confiança e troca de informação com as comunidades do entorno da área de trânsito dos isolados e a sensibilização para sua situação.

No tocante ao fortalecimento das relações com a FPERE/FUNAI, as indenizações foram feitas com fundos da frente. Além disso, o fato de estar sendo produzido um relatório para a criação de uma nova área para os isolados a partir de colaboração com os Huni Kui do Jordão e do Humaitá, com o uso dos registros videográficos de Nilson Sabóia, aponta para a continuidade e incremento desta relação.

Ainda, de maneira geral, na relação entre a proteção dos índios em isolamento voluntário e a produção de mapeamentos, a CPI-AC está colaborando com Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), com a FUNAI regional e com seus parceiros indígenas na produção e troca de material para ações mais efetivas com relação aos isolados no estado do Acre. O fornecimento de subsídios a FPERE tem sido constantes desde 2009 com destaque para o apoio na organização logística e de conteúdo das oficinas de sensibilização e no I Seminário sobre Vigilância e Proteção em Terras Indígenas. Somado a isso, está o Termo de Cooperação Técnica N.2 de 2008 entre a FUNAI e o Estado do Acre com o objetivo de implementar ações integradas no planejamento anual no que se refere à Promoção e Proteção dos Povos Indígenas (PPA 2008-2011). Dentro desta estratégia, a CPI-AC tem fornecido informações de forma periódica. Por isso mesmo, pensa-se na proposta de um termo aditivo para o compromisso de cooperação a fim de formalizar a atuação desta última instituição na provisão de informações georreferenciadas e mapeamentos para o trabalho relativo aos isolados. Assim, a instituição pretende discutir um plano de trabalho com a CGIIRC e a FUNAI ainda no primeiro semestre de 2012, o que já vem se desenvolvendo com aproximações desde o primeiro semestre de 2011.

Com relação à delimitação de terras para os índios isolados, está em produção por meio das informações e levantamentos produzidos pela FPERE um relatório para fundamentar

⁹ Recomendações retiradas do documento final do I Seminário de Vigilância e Fiscalização em Terras Indígenas do Acre, Junho de 2010.

a proposta de restrição de trânsito no Alto Rio Muru e na TI do Alto Tauaracá. O material se encontra em fase de conclusão e, se for aprovada a criação desta área de restrição de trânsito, espera-se que daí saia uma nova terra destinada aos isolados na região dos altos rios Muru e Tarauacá. A terra se destinaria a aproximadamente 600 isolados que transitam na área do Envira, Muru e Iboiaçu a fim de que os mesmos possam ter mais garantias em relação a sua sobrevivência física e cultural. A expectativa é que o relatório esteja pronto até o início de 2012 e, que a partir disso, o reconhecimento oficial da área, com suas devidas conseqüências jurídicas, possa ocorrer.

Quanto a isso, cabe destacar que o relatório produzido pela FPERE para a questão das terras no Muru, sob a responsabilidade técnica do antropólogo Terri do Valle Aquino, teve a colaboração do setor de geoprocessamento (SEGEO) da CPI-AC. Com a criação de mapas de trânsito de isolados em perspectiva com as áreas indígenas e não-indígenas em questão, a reivindicação por territórios restritos para os isolados ganha mais um instrumento político baseado em processos de cartografia social. Estes processos buscam legitimar e reconhecer o espaço social, político e cultural de diversas comunidades do entorno em harmonia com o grupo em isolamento voluntário.

Com relação ao tamanho do território que os Kaxinawá pretendem destinar aos isolados - provavelmente da etnia Mascho Piro - a proposta é de destinar um terço da extensão da terra (40 mil ha) para o seu uso exclusivo. Para tanto e, a partir daí se volta à ligação com o relatório, os Kaxinawá solicitam que a FUNAI revise desde um estudo preliminar os limites de sua TI. A partir da primeira oficina com o povo Huni Kui na TI Kashinawá do Humaitá, pensou-se também a criação de um posto de vigilância na região do alto Muru a ser financiado pela FUNAI e pelo estado do Acre dado o Termo de Cooperação de 2008. No entanto, há dois problemas relacionados à questão. Um é a liberação de verba relativa ao termo de cooperação que, atualmente, refere-se mais à ajuda técnica. Outro é o fato de que a população branca proprietária de terras nas imediações do Muru já está se mobilizando com relação à aproximação da frente e dos Kashinawá para os estudos, de maneira a ressaltarem os limites de suas propriedades, o que demanda cuidado na medida a fim de evitar conflitos e violência contra os isolados e os demais indígenas envolvidos.

Em abril de 2010, outras oficinas foram realizadas nas TIs Kashinawá do Rio Jordão e do Seringal Independência, no alto rio Tarauacá e com os moradores brancos da comunidade do Douro e os sertanistas da FPERE, que trabalham no posto da região. Antes do seminário, foram realizadas ainda outras oficinas com os Ashaninka, os Madjá e moradores brancos do alto rio Envira. Nas proximidades desta área, está também o posto de vigilância do Xinane, operado pela FPERE/FUNAI, onde também foi realizada oficina de sensibilização e informação. No mesmo local, em agosto de 2011, houve problema com relação aos índios isolados e possível entrada de narcotraficantes pelas fronteiras peruanas. Um suposto narcotraficante estaria passando pelo território brasileiro e funcionários da FPERE teriam encontrado flechas em sua bolsa. Após estes indícios, uma força tarefa para a vigilância da área foi montada com a participação da força de segurança nacional e pelo exército, já que membros da FPERE anunciaram a possibilidade de novas correrias ocorrerem no local¹⁰.

Também no que tange à revisão de terras, como parte das ações de vigilância e proteção e da cooperação entre indígenas, CPI-AC e FPERE/FUNAI, descendo do Envira para a região do Vale do Rio Acre, mais precisamente nas imediações do rio Iaco, os Manchineri da TI Mamoadate atentam para esta necessidade em sua área. Em viagem entre 04 e 13 de julho de 2011, feita em parceria com as citadas instituições e com a Federação Nativa de Madre de Deus (FENAMAD), indígenas Manchineri relataram a recorrente invasão de madeireiros em sua terra. Nesta ocasião, moradores da aldeia Extrema, que junto com os Jaminawa da TI

¹⁰ No item próximo, estes aspectos de vigilância serão mais bem discutidos.

Cabeceira do Rio Acre (vizinha a TI Mamoadate) reservaram parte de seu território aos isolados, afirmaram que há aproximadamente três horas de barco era possível ouvir os barulhos de motosserra ao longe. A pressão dos madeireiros aliada à passagem de narcotraficantes que descem o laco entrando no Igarapé Paulo Ramos, advindos do Parque Estadual do Chandless à terra indígena, faz com que os isolados vindos da Reserva Mascho Piro no Peru, desloquem-se mais a TI Mamoadate. Na viagem em julho de 2011, foram encontrados vestígios dos isolados próximos à aldeia Extrema e isto faz com que os indígenas da TI Mamoadate atentem para a insuficiência da área demarcada aos isolados dentro de sua terra e apontem para o aumento de sua terra ou para a possibilidade de pensar em conjunto com os parceiros peruanos uma área de restrição de trânsito para os isolados nas proximidades de fronteira. Em ambos os casos, urge-se melhor fiscalização para o problema dos madeireiros e dos narcotraficantes que agravam ainda mais a questão do trânsito e da falta de terras para a convivência harmônica entre os indígenas isolados ou não. Os primeiros, no caso da TI Mamoadate, vem principalmente da região do rio Las Piedras e Tahuamanu, que estão compreendidos na área do Parque Nacional do Alto Purus, onde está a Reserva Territorial Mascho Piro.

Há outro pedido de revisão e aumento de terras, ainda informalmente, embora a FUNAI saiba e já estude o assunto. O caso se refere a TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, que atualmente sofre grande pressão demográfica com aumento da população relacionada ao tamanho do território, que atualmente é de 31.277 ha para 765 pessoas e seus roçados e casas¹¹. Estas terras são vizinhas a Reserva Extrativista do Alto Juruá, e terras de comunidades nativas peruanas no distrito do Yuruá, no Peru, na localidade de Dulce Glória. Dessa forma, além do aumento da população, há também as pressões advindas das fronteiras, inclusive no que diz respeito à manutenção da agrobiodiversidade, com a variedade dos roçados e suas conseqüências para a soberania alimentar da população. A dificuldade está em que as terras vizinhas estão todas juridicamente definidas e delimitadas.

Informalmente, sob acordo entre moradores da reserva e indígenas da TI Kashinawá/Ashaninka, foi estabelecida na RESEX do Alto Juruá a aldeia Glória de Deus, demonstrando as práticas de diplomacia do dia-a-dia entre as comunidades locais, permitindo boas relações no entorno. No entanto, isto não garante que todos os problemas relativos aos roçados estejam resolvidos. Os Kaxinawá e os Ashaninka estão mostrando pela diminuição de suas áreas de refúgio de caça, pela dificuldade de seus roçados corresponderem às necessidades de soberania alimentar da comunidade e, também, pelas recentes dificuldades de passar ao outro lado da fronteira com fins de suprir as necessidades, a demanda contínua por ampliação da terra. Somado a isso está o problema de trânsito potencial de índios isolados vindos do outro lado da fronteira, mais especificamente da Reserva Territorial Murunahua, no Peru.

No tocante à relação com a terra, territorialidade e etnicidade do lado peruano, os Kaxinawá e os Ashaninka apontam que antigamente era rotineiro que passassem ao outro lado do rio, no Peru, onde está parte de seus refúgios de caça e onde podiam colocar seus roçados. Contudo, com a migração de famílias indígenas da serra peruana para as áreas de fronteira com o intuito de titular terras a fim de que empresas privadas possam realizar planos de manejo para posterior adequação ao programas governamentais de concessão florestais, este trânsito não se dá mais tão espontaneamente. Desta forma, o trânsito natural entre fronteiras no passado sofre modificações dado a recente colonização territorial apontando para novos padrões de tratamento da terra. Por isso, os Kaxinawá e os Ashaninka ressaltam que é importante a realização não só da revisão dos planos de gestão territorial e da aplicação de práticas de agrobiodiversidade de acordo com o detectado nos mapas, mas também da

¹¹ Fonte: Assessoria Especial dos Povos Indígenas, 2009, publicado em *Povos Indígenas do Acre*, 2010.

revisão dos limites da terra, o que formalmente por novo reconhecimento e delimitação é difícil de ocorrer.

No entanto, cabe observar a dinâmica nesta área de fronteira que devido aos deslocamentos de isolados relativos ao aumento da exploração madeireira e de câmbios em padrões migratórios teve conflito em 2003 entre os Ashaninka da Comunidade Nativa de Dulce Glória e supostos Mascho-Piro. A esta época, isolados teriam matado uma mulher e ferido duas crianças da comunidade com flechadas o que levou à represália por parte dos Ashaninka, que não puderam resistir pacificamente. Este tipo de conflito é uma das razões que vem estimulando as comunidades e lideranças indígenas a pedir revisão de terras a fim de diminuir o potencial conflito com outras comunidades, em última instância, por espaço de sobrevivência e convivência harmônica deturpado pelas citadas dinâmicas.

5. Uma estratégia para a vigilância e controle do corredor adjacente às áreas protegidas entre as grandes cabeceiras de rios e tributários no Peru sendo elaborada em colaboração com a grande maioria dos atores locais até 2014

Como apontado no item anterior, há estratégias mais locais de vigilância e fiscalização. Estas estratégias partem das comunidades em associação com órgãos governamentais ou com organizações indigenistas tal qual são ações ligadas ao monitoramento do trânsito e proteção das áreas destinadas aos índios em isolamento voluntário com a realização das oficinas e levantamento de informações.

Na tentativa de organizar uma ação de vigilância em conjunto entre parceiros da área focal 3, e aproveitando as boas práticas relacionadas às estratégias de vigilância e fiscalização tal qual pensada nas oficinas de sensibilização e informação para populações indígenas, a CPI-AC, comunidades indígenas da TI Mamoadate e Cabeceira do Rio Acre, o ICM-Bio e a FENAMAD estão organizando atividades de vigilância para a fronteira Acre/Madre de Dios. A organização destas atividades, na verdade, segue articulação que vem ocorrendo entre a CPI e a FENAMAD já desde o início do ano de 2011, que já resultou em viagem em parceria a TI Mamoadate, juntamente com equipe da FUNAI regional do Acre e a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira (FPERE/FUNAI), em julho de 2011, como apontado no item anterior.

Sendo a CPI-AC e a FENAMAD parte dos projetos da Rainforest, as duas organizações começaram a ter contato no âmbito de conversas sobre a situação dos índios isolados na região do Alto Acre e do Envira, cuja cabeceiras estão na fronteira com o Peru. Sabendo do potencial de cooperação de trabalho entre as duas instituições dada a realidade de trânsito de índios isolados - muito provavelmente Mascho Piro – tanto na TI Mamoadate, como na imediações do Parque Estadual do Chandless, as duas instituições tiveram sua primeira conversa sobre o assunto em maio de 2011. Na ocasião, em seminário sobre a temática em Rio Branco, as instituições, junto com seus parceiros indígenas, e a Coordenação Regional da FUNAI em Rio Branco discutiram formas de atuação em conjunto para ações na fronteira que pudessem ajudar a garantir o fluxo dos índios isolados e a proteção destes territórios de trânsito. Tudo isto de maneira a garantir o território e a sustentabilidade das comunidades indígenas já consolidadas em suas terras.

Desta articulação, surgiu a viagem de julho de 2011, que já tinha a idéia de não ser apenas uma ação isolada, mas de construir possibilidade de ação continuada e a longo prazo para esta região de fronteira Acre-Madre de Dios. Na aldeia Extrema, os participantes da viagem á TI Mamoadate, dirigiram-se até às imediações do igarapé Paulo Ramos, próximo ao Parque Estadual do Chandless e da fronteira peruana para verificar vestígios de trânsito de isolados. Deslocando-se deste local a áreas mais próximas da aldeia, lideranças Manchineri, antigas e

jovens, da Extrema relataram que os isolados se aproximam cada vez mais dos limites estabelecidos pela comunidade para o seu trânsito. Tanto as lideranças como funcionários da FPERE relataram que os avanços na TI e a pressão sobre os isolados ocorrem dado o aumento da atividade ilegal madeireira do lado peruano e, também, dado o trânsito de narcotraficantes pela área. Como apontado anteriormente, pouco tempo depois, houve um problema no posto de vigilância do Xinane devido a pessoas ligadas ao narcotráfico que estariam colocando a vida dos isolados em cheque, bem como a vida dos sertanistas habitando o posto. Dada a realidade observada na expedição de julho de 2011, que também contou com a participação do ICM-Bio, percebeu-se que a troca de informações deveria se concretizar na parceria em viagens para detectar as ameaças na fronteira e como estas estariam se convertendo em prejuízo das comunidades locais.

Dessa forma, a CPI-AC e a FENAMAD subsidiaram em informação sobre as comunidades locais e as dinâmicas de fronteira duas viagens de fiscalização de fronteiras realizadas pelo ICM-Bio, uma em novembro e, outra, no início de dezembro de 2011. A primeira viagem foi realizada para verificar a retirada ilegal de madeira nas proximidades da TI Cabeceira do Rio Acre e da Estação Ecológica do Rio Acre. Esta retirada, em grande medida, avança das concessões florestais peruanas na Comunidade Nativa Bélgica, que está bem em área de fronteira e onde há plano de manejo para a retirada de madeira nobre. Há ainda uma pequena área de sombra de fiscalização governamental, bem como de regulação, que está entre a Bélgica e o Parque Nacional do Manu, onde nem o SERNANP, tampouco o ICM-Bio tem jurisdição. Por isso mesmo, devido ao trabalho com as comunidades que tanto a CPI-AC realiza do lado brasileiro, como a FENAMAD do lado peruano, busca-se um fortalecimento destas para a não adesão aos madeireiros e para cooperação na fiscalização e vigilância de seus territórios fornecendo informações aos órgãos governamentais responsáveis.

Esta parceria em vigilância que se institucionaliza com entidades governamentais, no lado peruano, vem se fortalecendo tanto em Madre de Dios como em Ucayali a partir de regulações regionais (ordenanzas regionais). Estas ordenanzas ou institucionalizam a cooperação com organizações indígenas e indigenistas locais desde a participação das comunidades em mesas temáticas relacionadas ao desenvolvimento regional e de fronteira ou reconhecem a existência e a importância fundamental dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável de seus departamentos. De uma maneira ou de outras, estas ordenanzas vão facilitar estratégias comunitárias de vigilância e de parceria e permitirão a participação dos povos indígenas e suas organizações no processo.

No caso de Madre de Dios, o trabalho intensivo de advocacy por parte da FENAMAD permitiu a publicação de duas normativas. Uma ordenanza se relaciona aos povos em isolamento e, outra, a um compromisso histórico público com organizações indígenas de Madre de Dios com fins de implementar a Convenção 169 da OIT no sentido de formular e implementar políticas públicas que contemplem os povos indígenas e suas necessidades. Além disso, o compromisso também toca na questão dos isolados, principalmente na contenção do contato e na preservação de sua saúde. Na segunda legislação, por meio da Sub-gerência de Participação Cidadã e Comunidades Nativas se firmou um compromisso de reconhecimento e cooperação com os sete grupos indígenas da região. No primeiro caso, trata-se da resolução 032/2010, publicado em diário oficial em maio de 2011, que coloca como interesse público a defesa dos direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial. No segundo, criam-se mesas de trabalho onde sob a liderança do subgerente, o shipibo Julio

Cusuriche, discute-se a formulação e o monitoramento das políticas públicas para a população indígena.

O firmamento deste compromisso histórico conferindo mais espaço para a FENAMAD permitiu que a mesma influenciasse depois de um comunitário ter sido ferido na região de Yanayacu, no Manu, na decretação desta área como de restrição de trânsito dentro do parque nacional. É importante notar que embora esta área não seja exatamente de interseção com a fronteira, está muito próxima da fronteira e os isolados que nela transitam possivelmente são do mesmo grupo que migram ao Brasil. Neste sentido, qualquer decisão para a área no sentido de sua proteção e vigilância afetará a dinâmica no Brasil, não só com relação aos isolados, mas com relação àquelas dinâmicas que afetam seu trânsito.

Cabe também ressaltar que a medida de restrição, juntamente com a aproximação que a parceria entre CPI-AC e FENAMAD permitiram entre Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA) e Subgerência de Cidadania, em Madre de Dios, pode facilitar conversações entre ambos os governos para cooperação subnacional em vigilância e monitoramento de áreas protegidas. No caso do Acre, todo o mecanismo de funcionamento e monitoramento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP) ainda está em discussão em suas possibilidades de ação em consonância com o Zoneamento Ecológico-Econômico. Apesar de ter sido criado em Lei Estadual em dezembro de 2001, o sistema ainda está em formação considerando a parceria com sistemas do país vizinho uma das estratégias mais importantes de ordenamento e monitoramento territorial em áreas fronteiriças.

Outro exemplo de articulação entre organizações levando a ligações com órgãos de governo desde a pressão e colaboração para a incidência em políticas públicas voltadas à gestão territorial ambiental foi o Plano de Planejamento Anual do Governo do Acre em 2008, que incluiu um compromisso especial para a vigilância e proteção em TIs. A isso se somou o termo de compromisso entre a FUNAI regional e a FPERE e o governo estadual para questão dos isolados. Em grande medida influenciada pelas ações de sensibilização e informação que a CPI-AC e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas já faziam com a FPERE/FUNAI, o compromisso de continuar incentivando o trabalho dos Agentes Agroflorestais neste sentido, além dos próprios planos de gestão e etnomapeamento, traçou o caminho para que esta cooperação interinstitucional fosse traçada.

Também como exemplo de campanhas de advocacy e mobilização de organizações indígenas e indigenistas na região figura a Ordenanza Regional n.008/2007 do Governo Regional de Ucayali, que reconhece igualmente em Madre de Dios a situação dos índios em isolamento voluntário e em recente contato como de interesse público. A norma que seguiu campanha de mobilização da AIDSESEP e de seu braço regional, a Organização AIDSESEP de Ucayali (ORAU), acabou por fortalecer outras ações de proteção e vigilância para os povos indígenas, tais como a proposta de Reserva Territorial Capanahua, na região do Rio Calleria, contígua à Zona Reservada da Serra do Divisor. Ademais, soma-se a isso o uso do compromisso público refletido na ordenanza para excluir o lote 190 de exploração de petróleo da Reserva Territorial Murunahua, no distrito do Breu, com a instalação de um posto de vigilância controlado pela organização local na reserva por meio dos agentes de proteção indígenas. O mesmo se sobrepunha a área dedicada a índios em isolamento voluntário. A mesma regulação também vem permitindo por parte de organizações indígenas pressão sobre a área da Zona Reservada da Serra do Divisor para a manutenção da Reserva Territorial Isconahua para índios em isolamento voluntário.

6. Ter dado início ao trabalho de controle estratégico binacional de todo o corredor binacional adjacente às áreas protegidas até 2016

Considera-se que este trabalho é difícil de ser realizado, senão em estreita cooperação com o governo dada a extensão da área, a variedade de legislação ambiental que cobre os diversos territórios e pelo fato de todas estas estarem sob o controle público. Sobre este último aspecto, cabe destacar que é função dos governos nacionais em associação com os governos estaduais se organizarem para este controle estratégico ocorrer. Entretanto, a pressão da sociedade civil está encaminhando tais ações e, alguns projetos, dentro da perspectiva da cooperação internacional. Da mesma maneira, a possibilidade de estreitar relações com organizações do lado peruano e do lado brasileiro potencializada pelo próprio projeto de fortalecimento de gestão em áreas contíguas da Amazônia desde uma perspectiva dos direitos indígenas também pode levar à consolidação de ações até 2016.

No caso do governo do Acre, como apontado no item anterior, há o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), criado pela Lei estadual 1.426, em 2001, acompanhando todo o processo de judicialização da política do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). O sistema ainda passa por processos de regulamentação e por revisão técnica jurídica, acompanhando a terceira fase do ZEE, que representa a consolidação e revisão dos planos de gestão territorial e ambiental. Entretanto, pelo ZEE ter tornado possível o levantamento de dados e a implementação de projetos na maior parte das áreas protegidas no Acre, incluindo as de fronteira, o SEANP conta com uma sistematização de informações e ações que torna possível a cooperação com órgãos interessados em implementar planos de ordenamento territorial em outros países. Aliado ao em formação Sistema de Incentivo de Serviços Ambientais, regulado por lei estadual em 2008, que abre a participação da sociedade civil em um conselho principalmente para a implementação de seus subprogramas, o SEANP pode ser uma via de institucionalização de cooperação com parceiros do outro lado da fronteira. Soma-se a isso o fato de que a iminente ligação do SISA com o sistema, acaba deixando aberto o canal de pressão para a construção de um sistema de monitoramento com a participação da sociedade civil acreana, que em grande medida traz em sua conformação organizações indigenistas e indígenas que tem ligação com organizações do lado peruano.

No âmbito intergovernamental, a cooperação que a SEMA iniciou com o Consejo Interregional Amazônico (CIAM), em outubro de 2011, a começar com um intercâmbio em etnomapeamento e gestão territorial já pode ser uma abertura para a implantação de um sistema que favoreça todo o corredor ecológico. Neste outubro de 2011, foi aberto um canal na semana nacional de ciência e tecnologia no Acre para a realização de uma oficina entre peruanos, via CIAM, e brasileiros, via governo do Acre, para troca de informações neste sentido. A partir desta oficina binacional, técnicos peruanos por meio do CIAM vieram a SEMA aprender sobre o programa de ordenamento territorial do estado regulado pelo ZEE a fim de criar práticas e políticas que possam servir ao regulamento da lei peruana para ordenamento territorial em que a Amazônia aparece como um eixo central da diretiva de zoneamento. Sob o projeto de lei de ordenamento territorial apresentado em 2010 e que começou a ser regulamentado e transformado em política pública em 2011, o território passa a ser compreendido de outra maneira. Sob esta interpretação, o território

“é o espaço geográfico que compreende o solo, o subsolo, o domínio marítimo e insular e o espaço aéreo que o cobre, onde se desenvolvem relações e interações dinâmicas entre pessoas e grupos sociais, e entre estes e os ecossistemas que o sustentam que em um processo histórico conformam uma paisagem socioeconômica e cultural” (MINAM, 2010)

Neste ponto, como já mencionado em outros itens, a participação da sociedade civil, principalmente no Acre, foi fundamental para o desenho dos programas de gestão territorial e para elaboração anterior dos etnomapeamentos, que hoje já são trocados em forma de informação georreferenciada com instituições como a FENAMAD. Com este novo entendimento do território pelo governo nacional peruano e com iniciativas como a do CIAM, compartilhada pelos departamentos Amazônicos de que a floresta é uma região socioambiental e econômica, há uma oportunidade ímpar de se pensar como influenciar a gestão territorial em áreas contíguas na floresta. Um esquema de monitoramento único, já seria uma atividade demandando mais evolução, articulação, bem como comunhão legislativa para os planos de ordenamento em escala regional nos dois países.

Ainda no que se refere à troca de informações, há planos de dentro do monitoramento para o corredor de troca de informação georreferenciadas entre o SEGEO da CPI-AC e o CIPTA da AIDSESEP para criar sistema integrado de monitoramento para os índios em isolamento voluntário e recente contato. Ademais, fora do eixo de organizações fora do projeto, mas que trabalham com a ORAU, de maneira mais geral em Ucayali, FECONAU, ao longo do rio Aguatya, FECONAPIA, ao longo do Calleria, e ACONAMAC 2, no Tamaya, cabe destacar o projeto consórcio entre o Instituto del Bien Común (IBC), a The Nature Conservancy do Peru (TNC Peru) no mosaico socioambiental peruano no projeto Paisagens Indígenas da Iniciativa para a Conservação da Amazônia Andina (ICAA), financiado pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID). Pelo projeto, busca-se a maior participação dos povos indígenas na tomada de decisões sobre políticas relacionadas à distribuição de recursos, meios de vida, economia e mudanças políticas e sociais na Amazônia sob o fortalecimento das capacidades das organizações indígenas para influenciar políticas orientadas ao desenvolvimento sustentável e manejo ambiental. Havendo um histórico de cooperação em troca de informações entre CPI-AC com TNC Peru e IBC dado o GTT, e com a recente aproximação entre a CPI e o ORAU, o intercâmbio de práticas dentro do manejo ambiental e fortalecimento de comunidades nas regiões de fronteira, que são parte do projeto Paisagens Indígenas, seria factível.

Como parte do projeto se dedica ao fortalecimento de comunidades e organizações para incidir em políticas socioambientais e como do lado brasileiro, a CPI-AC junto a SOS Amazônia também fazem parte de um consórcio com a ProNaturaleza Peru e Governo do Acre para projeto da OTCA de fortalecimento da fronteira Acre-Ucayali, as informações e ações destes projetos podem se fortalecer mutuamente no controle das áreas protegidas de fronteira mediante seu intercâmbio. No âmbito da troca entre comunidades dentro dos projetos, há a possibilidade de já em 2012, a CPI-AC junto com o Centro de Investigação de Fronteiras Amazônicas da Universidade Nacional de Ucayali haver realização de intercâmbio entre comunidades do Abujao, no Peru, e da Serra do Moa, no Brasil, para fortalecer ações de agroecologia e de organização comunitária na fronteira. Como o IBC também trabalha com as comunidades de Abujao, este intercâmbio também poderia contar com troca de informações vinda daquele lado.

Sob a perspectiva de organização comunitária para o monitoramento do corredor ecológico, além daquelas já existentes entre Acre e Madre de Dios, cabe destacar a

mobilização vinda da parte de comunidades indígenas na fronteira com Ucayali. Neste caso, em abril de 2011, lideranças da TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, na fronteira com a província de Atalaya, no lado peruano, receberam ofício do Comando de Fronteira do Acre (4 BIS) requisitando assessoria para operação de vigilância de fronteira na TI. Em grande medida, o ofício aponta para uma vontade de cooperação das forças de segurança com as comunidades em ações integradas para a contenção do avanço de madeireiros em território brasileiro, tais quais aquelas já desenvolvidas em relação ao narcotráfico nas imediações do Envira, Yaco e Chandless.

7. Medidas que contenham a massiva extração ilegal de madeira ao longo de 4 rios do corredor adjacente às áreas protegidas entre grandes cabeceiras de rios e tributários no Peru são identificadas até 2014 e ao menos um projeto piloto iniciado até 2015;

Dentro da área focal, as ações em conjunto entre a CPI-AC, ICM-Bio e FENAMAD para a proteção das áreas protegidas de fronteira, bem como para operar a vigilância da área em atividades ilícitas que possam estar causando impactos nas áreas protegidas, parece ser aquelas que poderiam apontar para a realização de projeto piloto.

Como já apontado em outro ponto, nas TIs Mamoadate e Cabeceira do Rio Acre, onde vivem indígenas Manchineri e Jaminawa, há fluxo de madeireiros ilegais que passam dos limites de concessões florestais fora da terra ou mesmo de outros tipos de áreas protegidas às áreas indígenas. Nesta região, do outro lado da fronteira, está a Comunidade Nativa Bélgica. Na comunidade, há o acordo para a exploração de madeira mediante plano de manejo com empresas tais como a Maderija e a Maderacre. O fato é que as empresas ou os funcionários das empresas – dado que necessitaria de pesquisa preferencialmente feita junto com os comunitários e indígenas – não respeitam o limite de extração dentro da terra concedida para a atividade, nem tampouco os limites de proibição fora desta terra. Ainda na fronteira Acre-Madre de Dios, há o problema de que há um pedaço de terra entre a Comunidade Bélgica e o Parque Nacional do Manu do lado peruano, a qual não está sob proteção de legislação ambiental alguma, já que não faz parte da jurisdição de Áreas Naturais Protegidas (ANP). Esta área, às margens do Rio Acre, que é de floresta e rica em madeira nobre, faz fronteira com a TI Cabeceira do Rio Acre e a Estação Ecológica do Rio Acre, gerenciada pelo ICM-Bio. Manchineri e Jaminawa das TIs mencionadas dizem que os madeireiros se aproveitam do Ramal Icuriã, que leva até próximo ao limite seco da TI Mamoadate e Cabeceira para subirem para as terras brasileiras. Além disso, aproveitam-se da baixa fiscalização na área do Rio Acre e sobem os igarapés em direção ao Abismo, onde os Manchineri da Aldeia Extrema já ouviram sons de motosserra para a retirada ilegal de madeira. Esta área, que fica ao norte da extração ilegal de madeira do lado peruano, é também rica em madeiras nobres.

Por isso mesmo, como já descrito, a FENAMAD, junto à CPI, à Organização Mapkaha dos Manchineri da TI Mamoadate, à FUNAI e o ICM-Bio vem buscando coordenar ações de proteção e vigilância nesta região. Preocupam a FENAMAD e a CPI especialmente o fato de que o avanço da retirada ilegal de madeira pode ser aumentado com a construção da estrada de Puerto Esperanza a Iñapari, que facilitaria ainda mais o trânsito de pessoas envolvidas na atividade. O fato de que a estrada estaria muito próxima ao marco 243 que define a demarcação da Reserva Territorial Madre de Dios, onde a FENAMAD coordena o posto de vigilância de Monte Salvado, é preocupante já que tal área está destinada aos índios em isolamento voluntário que transitam pelo local. A característica oficial da obra, que está aportada em recursos e planejamento pela iniciativa IIRSA e conta com o apoio da província do Purus, no Peru, torna a situação ainda mais preocupante, já que subindo à região do Parque Nacional do Alto Purus, há muitas áreas na região de Ucayali, onde predominam as concessões

florestais operadas por empresas subcontratadas por aquelas que realmente assumiram responsabilidades contratuais no plano de manejo.

Dessa forma, a CPI junto com a FENAMAD, como parte de suas atividades em conjunto, organizam para março de 2012 um intercâmbio entre indígenas Manchineri e Yine (que são do mesmo grupo a se diferenciar apenas pelo lado da fronteira em que estão). No intercâmbio, que faz parte das atividades de proteção, vigilância e troca de informações que as organizações praticam, espera-se criar um nivelamento das informações sobre os índios em isolamento e aquelas atividades que os afetam. Da mesma maneira, há a expectativa de que possa desenhar mapas abrangendo as atividades e movimentos da áreas de fronteira Acre-Madre de Dios a partir das dinâmicas e informações trocadas entre os próprios comunitários. Este, no momento, parece ser o espaço para se desenvolver um projeto piloto para a prevenção de ações de exploração ilegal de madeira.

Pela fronteira com Ucayali, já há uma iniciativa interessante entre a Apiwtxa e a Comunidade Nativa Saweto de vigilância de fronteiras na fronteira entre Acre-Ucayali nas proximidades e igarapés do rio Amônia e Tamaya. Em setembro de 2011, por exemplo, quando indígenas da comunidade Saweto se dirigiam para atividade na aldeia Apiwtxa na TI Kampa do Rio Amônia se depararam com árvores marcadas já na área da aldeia brasileira para serem retiradas. Tal ato gerou ação de vigilância em conjunto entre as duas comunidades e o acionamento das autoridades ambientais e de fiscalização de fronteira no Brasil. Tal operação foi denominada de Operação Copaíba e envolveu os indígenas, a polícia federal brasileira e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis. Toras de madeira foram apreendidas em tal situação. Cabe lembrar que desde 2004, é prática dos Ashaninka fiscalizar suas fronteiras quanto ao avanço da retirada de madeira que passou a ocorrer mais fortemente depois que a Comunidade Nativa Sawawo fez acordo para plano de manejo e desenvolvimento de extração de madeira certificada pela Smart Wood com a Forestal Venao.

O fracasso de tal acordo resultou em devastação nesta comunidade Ashaninka peruana, que acabou por pedir ajuda aos seus parentes da aldeia Apiwtxa do outro lado da fronteira. Tais negociações resultaram em um encontro em 2008 em que esta comunidade e outras, tal qual a Comunidade Nativa Canta Gallo, escreveram em compromisso que não queriam mais trabalhar com madeira ou empresas mineradoras e estariam interessadas em se envolver em intercâmbios de agroecologia com comunidades do lado brasileiro.

Esta atividade de cooperação indo de encontro à associação com madeireiras também pode ser considerada resultado das várias discussões feitas e fomentadas no âmbito do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT), onde os impactos e consequências sobre a sociobiodiversidade sendo gerada por estas atividades sempre foram discutidas pelas comunidades de fronteira. Neste âmbito da troca de informações e fomento de cooperação, no primeiro semestre de 2011 a Apiwtxa e a Aconadysh, que reúne 21 comunidades do Yuruá, no Peru, assinaram um convênio de intercâmbio em agroecologia e práticas agroflorestais como parte do compromisso destas comunidades peruanas em não trabalhar mais com atividades degradadoras do ambiente socioambiental. Deste convênio, também poderia se pensar em projetos piloto com a ORAU para conter o avanço das sub-contratadas de empresas madeireiras na região de Ucayali, que hoje conta com a maior parte das concessões florestais na Amazônia peruana, o que configura, inclusive, seu território como o primeiro em recepção de migrantes de outras partes do Peru.

8. Ações para a regulamentação, registro e implantação de planos de uso da terra de ao menos 5 territórios reivindicados sendo conduzidos, para a ampliação dos dois corredores adjacentes de áreas protegidas na área focal até 2016;

Uma Comunidade Nativa no Peru muito importante para o projeto de cooperação em proteção e vigilância dos corredores ecológicos em questão é a de Saweto. Como já apontado, esta comunidade já exerce papel importante na vigilância na área de fronteira no Amônia e no

Alto Tamaya em parceria com a Apiwtxa. No entanto, a comunidade ainda luta para ter a titulação sobre sua terra, processo que no Peru é conferido pelo Ministério de Agricultura e que precisa que a comunidade arque financeiramente com o processo burocrático. Sendo assim, por se tratar de uma comunidade que sempre optou por sua subsistência e por não trabalhar com a madeira, embora as comunidades do entorno tenham aderido a esta forma de sobreviver, a titulação é um processo difícil.

Com a aproximação com a Apiwtxa e com o GTT, além da cooperação constante com o Centro de Investigación de Fronteras Amazónicas (CIFA-UNU), Saweto está hoje mais próxima do processo de titulação. Com alguns projetos de pesquisa e financiamento da organização Blue Moon, é possível que a titulação e um plano de gestão territorial realizado pela comunidade, sem vinculações com empresas possam acontecer.

No Peru, além de Saweto, algumas comunidades já tituladas realizarão a feitura de seus planos de gestão por meio do projeto Paisagens Indígenas, financiado pela USAID, que no Peru se dá pelo consórcio entre o IBC e a TNC Peru. Especialmente focado na região de Pucallpa, para os rios Calleria, Abujao e Aguaytia, os projetos se relacionam a trabalhar junto com a comunidade estratégias de educação ambiental e de manejo ligadas à realidade de seus territórios e de sua cultura ambiental no tocante ao uso da terra. Os chamados planos de vida tem como alvo áreas afetadas pela exploração de madeira e pela ameaça do tráfico de drogas. A idéia é trabalhar a partir de mapas desenhados pela comunidade, que desenvolverá seus planos de gestão a partir da construção democrática e socioambientalmente justa de suas vias de desenvolvimento.

Há a perspectiva de que comunidades ainda não tituladas possam participar do processo, já que há grupos extremamente importantes na gestão ambiental em áreas próximas às áreas protegidas que ainda não tem seu território titulado. Este é o caso da comunidade Flor de Ucayali, no rio Calleria, que tem desempenhado papel importante na região. Neste processo, ainda que o CIFA-UNU não faça parte oficialmente do projeto, sua experiência de trabalho com comunidades no Abujao no manejo do Buriti e do Bijao (folha de Caeté) está levando ao fortalecimento de grupos como é o caso da Comunidade Nativa San Mateo. O trabalho do CIFA-UNU que está levando a produção destes itens na comunidade gerando alternativa econômica e maior inclusão social frente a impactos socioambientais foi reconhecido pelo IBC, que recentemente convidou o centro a fazer trabalhos em conjunto com as comunidades do Abujao, quando do desenvolvimento dos planos de vida na localidade.

Da mesma forma, do lado brasileiro, no Alto Juruá, haverá elaboração dos etnomapas na TI Nawa, que está na área da Serra do Moa, vizinha ao Parque Nacional da Serra do Divisor, e a bacia do Abujao, no lado peruano. A partir destes mapeamentos participativos feitos em parceria entre a comunidade e a CPI-AC, os planos de gestão serão elaborados nesta área que

é de importância vital para a conservação da sociobiodiversidade no entorno do parque. Há a perspectiva de que haja um intercâmbio neste momento entre as comunidades Nawa e de San Mateo a fim de pensar mapeamentos e ações de gestão territorial ambiental em conjunto na área de fronteira próxima ao PNSD. Com a aproximação entre a CPI-AC, o CIFA-UNU e o IBC as ações poderiam ser coordenadas para o primeiro semestre de 2012. A ação provavelmente envolverá comunitários do PNSD, já que dentro de um outro projeto de fortalecimento da fronteira Acre-Ucayali da OTCA, executado pela CPI-AC e pela SOS Amazônia, há a previsão desta atividade para, provavelmente março de 2012, o que fortalecerá as comunidades em ambos os lados na construção da autonomia de seus territórios.

Ainda na região do Alto Juruá, em área próxima à bacia do Abujao, a comunidade da TI Nukini, contígua a TI Nawa, também está solicitando a revisão de seus planos de gestão. Além da TI Nukini, há a TI Arara do Amônia que ainda está em processo de reconhecimento e, nas imediações de Porto Walter, a TI Shawadawa Arara que ainda terá seu plano de gestão formulado em 2012.

9. Alternativas econômicas sustentáveis sendo desenvolvidas, no lado Peruano da área focal, em ao menos 4 bacias hidrográficas até o ano de 2016, e que grupos indígenas em duas destas bacias hidrográficas implementem estratégias binacionais coordenadas de conservação de florestas, implantação de planos de uso da terra e alternativas de desenvolvimento econômico até 2015;

Com relação a segunda parte deste indicador, já foi mencionado nos itens anteriores as atividades de cooperação entre comunidades do lado peruano e brasileiro para vigilância e criação de estratégias alternativas à exploração da madeira.

No que diz respeito às alternativas econômicas sustentáveis, a ORAU vem buscando construir com comunidades mais próximas a Pucallpa, tal qual a Comunidade Nativa Shipibo-Conibo São Francisco. As alternativas se relacionam ao turismo ecológico na comunidade, que está próximo à área de Yaranicocha, e na fabricação de artesanato para ser comercializado aos turistas e para ser escoado à cidade. Em entrevista a líderes, os mesmos afirmaram a vontade de ter selo verde para alguns de seus produtos agrícolas a fim de serem comercializados para fora do Peru. A possibilidade de dar escala aos produtos poderia ser uma alternativa à madeira.

Em Madre de Dios, a FENAMAD começou a articular na Reserva Comunal Amarakaeri estratégias não só de advocacy, mas também de mobilizar a população para desenvolver atividades econômicas alternativas ao trabalho com a Hunt Oil, que possui lotes de exploração em sobreposição à área da reserva. O trabalho está em torno de mostrar a comunidade que é válido ir a Reserva Comunal, desenvolver um plano de gestão e criar atividades que possam levar a sua subsistência e à comercialização de excedentes. O esforço está em colocar para as comunidades nativas vivendo em torno da reserva que vale usar e cuidar do território de maneira sustentável a fim de que suas vidas seja viáveis economicamente de maneira a manter o equilíbrio socioambiental local.

10. Elaboração de um sistema de certificação sob os quais produtos da floresta e produtos agrícolas de pequena escala de indígenas do estado de Ucayali possam ser comercializados, sendo elaborado até 2014

As possíveis iniciativas em vista já foram citadas nos itens anteriores. Entretanto, vale acompanhar o projeto do CIFA-UNU para a produção sustentável do Aguaje e do Bijao nas comunidades da bacia do Abujao. Frente à possibilidade de dar escala aos produtos e de estabelecer cooperação com comunidades do lado brasileiro, os dois produtos podem ser uma alternativa viável para imaginar uma cadeia produtiva sustentável na região.

Com a chegada da Forest Garden Products na Amazônia Ocidental brasileira, interessada em produtos florestais do Acre e do Alto Juruá, tal cooperação poderia trazer ainda mais viabilidade para uma agricultura local baseada em técnicas de agroecologia sustentável em planos de gestão do território.